

**Relatório Sintético - Oficina de Socioaprendizagem no SUAS**

**Dias 17 e 18 de Maio de 2017**

Relatores: Pedro Masson; Marília Paiva; Flávia Azevedo; Mírian Queiroz; Késsia O. da Silva; Carolina Leal; Eleuza Rodrigues Paixão

**Índice:**

**Dia 17/05:**

**Relatório: Painel Expositivo sobre Lei de Aprendizagem ----- p. 3 - 4**

**Relatório: Painel de Especialistas em Aprendizagem e o papel das Organizações da Sociedade Civil ----- p. 5 -6**

**Relatório: Painel com Exposição de Experiências de Organizações da Sociedade Civil e de Equipamentos da Assistência Social ----- p. 7 - 8**

**Dia 18/05:**

**Relatório: Eixo 1 - Equipe Técnica ----- p. 9**

**Relatório: Eixo 2 - Intersetorialidade----- p. 10-11**

**Relatório: Eixo 3 - Público Atendido----- p. 12-14**

**Relatório: Eixo 4 – Atividades----- p. 15-16**

## **Relatório: Painel Expositivo sobre Lei de Aprendizagem**

### **Panorama e formação da lei de aprendizagem - Márcio de Paula Souto, Ministério do Trabalho**

Recuperou a criação da “aprendizagem”, como iniciativa poder público, de caráter permanente. Mencionou a necessidade/obrigatoriedade de haver integração entre empregador, aprendiz e entidade qualificadora. Citou as entidades do Sistema S – Senai, Senac, Senat, Senar, SESCOOP -, a rede federal e estadual de educação profissional, científica e tecnológica e as entidades sem fins lucrativos com instituições qualificadoras.

Destacou que estas devem oferecer aos aprendizes conteúdos teóricos, básicos e específicos, para os jovens, a fim de que cheguem às empresas com um repertório mínimo. Abordou a criação do Cadastro Nacional de Aprendizagem e o Catálogo nacional de Cursos de Aprendizagem. Relatou a existência de um Comitê Permanente de Aprendizagem. Apresentou também a planilha de potencial de contratação para a aprendizagem, que trazia as metas de contratação por estado. Observou que os cursos voltados à formação para o trabalho podem ser consultados no site do Ministério do Trabalho

### **Perfil dos adolescentes e jovens em idade de aprendizagem no Cadastro Único para Programas Sociais - Iara Viana, Senarc/MDSA**

Apresentou o histórico da criação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), em 2001, e as motivações para essa criação, como a necessidade de padronizar e uniformizar informações e públicos dispersos das políticas públicas. Ratificou que o cadastro identifica e caracteriza a população de baixa renda do Brasil. Explicou que a gestão do cadastro é compartilhada entre as três esferas do governo. Atualmente há mais de 9.000 pontos de atendimento do cadastro e 26 milhões de famílias cadastradas, o que corresponde a 80 milhões de pessoas cadastradas e a 40% da população brasileira.

Mostrou que as regiões Nordeste e Sudeste são as que concentram a maior quantidade de cadastrados, respectivamente. Sessenta por cento da população cadastrada tem até 30 anos. O Nordeste tem a menor renda per capita do Brasil: média de R\$170,00. Em relação aos programas que utilizam as informações do CadÚnico, são atualmente mais de 30 – por exemplo: tarifa popular de energia

elétrica; Bolsa Verde; PBF – atualmente 13 milhões de famílias são beneficiárias do programa; Programa de Reforma Agrária; Minha Casa, Minha Vida, etc.

Sobre o perfil dos cadastrados no CadÚnico entre 14 e 24 anos, Lara expôs que 18 milhões são de baixa renda; há mais mulheres cadastradas do que homens. Vinte por cento das mulheres nessa faixa etária são a responsável familiar. Cinquenta e seis por cento do total de jovens está inserido no PBF e 51% está em situação de extrema pobreza, ou seja, tem renda até R\$85,00. Os dados endossaram a necessidade de criar, implementar e fortalecer políticas públicas de inclusão social para a juventude, já que os jovens ainda vivenciam grande vulnerabilidade no país.

### **Panorama da Assistência Social e sua Integração à Socioaprendizagem - Renata Aparecida Ferreira, DPSB/MDSA.**

Ratificou a necessidade de que o Cadastro Único seja utilizado como ferramenta de gestão na Assistência Social. Pontuou que é preciso avançar no entendimento da ideia de vulnerabilidade para além da renda e dos cortes de renda. Renata apresentou a concepção de assistência social no trabalho com adolescentes, destacando que a perspectiva adotada sempre tem a atenção à família como norteadora das ações. Demonstrou a estrutura e a forma de organização do SUAS, assim como a função dos equipamentos, serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Destacou o papel da proteção social básica na promoção da segurança de convívio. Abordou o trabalho social com as famílias como importante na prevenção de vulnerabilidades e de agravos a estas. Mencionou que as ações desse nível de proteção devem possibilitar aos usuários o reconhecimento de suas potencialidades e fortalezas. Apresentou a concepção de convivência e fortalecimento de vínculos afirmados no âmbito dos serviços da proteção social básica e destacou a necessidade de haver articulação entre o PAIF e o SCFV. Tratou do redesenho do Programa Acessuas Trabalho e destacou que o programa possibilitará articulação entre a assistência social e as organizações de socioaprendizagem, já que um dos públicos do programa é a juventude. Apontou a necessidade de se realizar o acompanhamento do jovem em socioaprendizagem e que os serviços socioassistenciais podem se integrar nessa missão. Encerrou a fala ratificando a urgência de se pensar em parâmetros para a atuação do SCFV em conjunto com a socioaprendizagem.

**Relatório: Painel de Especialistas em Aprendizagem e o papel das Organizações da Sociedade Civil**

**A atuação das organizações da sociedade civil no atendimento de adolescentes e jovens em aprendizagem – Rozângela Borota Teixeira**

A luta pelo reconhecimento da socioaprendizagem no Sistema Único de Assistência Social é antiga. Importa destacar que a sua regulamentação é fruto da luta dos próprios adolescentes e do engajamento das organizações atuantes na aprendizagem profissional.

Destaca-se o Manual de Aprendizagem, elaborado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho que traz esclarecimentos sobre o público, carga horária da aprendizagem e outras informações.

As entidades e organizações da socioaprendizagem trabalham na mobilização dos usuários e no seu protagonismo. A Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (FEBRAEDA) é uma organização que assessora 100 entidades, com a participação mais intensa de 90. O público atendido é prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. Em geral, as organizações contam uma equipe composta por psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais, apoio técnico e administrativo.

Há muitos desafios em relação ao público atendido. A grande maioria acessa a oferta por procura espontânea. Sempre há muito mais demanda do que oportunidade. A segunda forma de acesso se dá por meio de equipamentos da rede socioassistencial privada, seguida de encaminhamentos de equipamentos públicos e de demais órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. O atendimento é indissociável da garantia de direitos. As entidades realizam avaliação socioeconômica e, em alguns casos, realizam visitas domiciliares para identificação do perfil do usuário.

Torna-se cada vez mais fundamental a realização de movimentos de sensibilização de estabelecimentos obrigados ao cumprimento de cota de aprendizes, inclusive quanto ao público-alvo prioritário de política de assistência social. Sugere-se que no contrato das organizações com as empresas essa informação esteja dada. As entidades devem visitar as empresas para conhecer seus espaços, realizar reuniões

com os orientadores sociais que acompanharão os aprendizes e com a equipe de recursos humanos.

É preciso, portanto, fomentar o reconhecimento pelos Conselhos Municipais de Assistência Social das ofertas de acesso ao mundo do trabalho e sua inserção pelo gestores municipais no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social-CNEAS. Sugere-se também uma articulação com o Ministério Público do Trabalho para o fortalecimento do cumprimento da cota social pelas empresas, em detrimento da escolha pelo pagamento da multa.

### **Os desafios da aprendizagem numa perspectiva de inclusão social – Ana Alencastro**

É preciso um trabalho com os empresários e com a sociedade como um todo para fomentar a percepção de que a aprendizagem profissional é um investimento em mão de obra qualificada. O adolescente, sujeito em desenvolvimento, necessita de cuidados especiais, com jornada específica por exemplo, para que não ocorram violações de direitos.

O caráter social do instituto da aprendizagem diz respeito à inclusão de adolescentes e jovens independente de relação direta com a empresa, além de propiciar àquela/a que está concluindo ou tenha finalizado o programa a superação da condição de “inexperiente para o trabalho” e/ou “sem qualificação/certificação profissional”. É fundamental garantir uma formação qualificada. Os adolescentes devem finalizar os programas aprendizagem com novas habilidades e competências profissionais.

Na percepção da especialista não se deve realizar um recorte de renda ou direcionar o atendimento apenas para um público específico, como no caso do público do Cadastro Único.

Há alguns movimentos importantes para ampliação de oportunidades nos territórios como, por exemplo, o fortalecimento da integração local trabalho, assistência e entidades formadoras; a realização de levantamento da demanda de setores da economia inadimplentes (papel da fiscalização); acionar a rede de políticas no caso de adolescentes, por exemplo, sem escolaridade, buscando viabilizar a sua inserção ou reinserção na escola. E encaminhar o adolescente para um local que se perceba um interesse.

## **Painel com exposição de experiências de Organizações da Sociedade Civil e de Equipamentos da Assistência Social**

### **Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Blumenau-SC - Marcia Maria Kayser**

Primeiramente o município descentralizou os serviços de inclusão produtiva com a contratação de duas equipes itinerantes por região (Norte e Sul), essas equipes passavam um dia no CRAS e o outro fazendo avaliação, contudo essa metodologia se mostrou insuficiente. Após seis meses houve uma reformulação e ao invés de equipes itinerantes foi colocada uma equipe fixa em cada CRAS, formada por um educador social e um assistente social.

Com o tempo a equipe do ACESSUAS trabalho começa a se relacionar melhor com as equipe do Programa de Atenção Integrada à Família (PAIF) e aumenta seu conhecimento sobre a rede socioassistencial. Em 2016 há a destinação de um profissional específico só para os serviços de média e alta complexidade localizados nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Como a equipe do ACESSUAS era formada em 70% por profissionais jovens em primeira experiência de trabalho, foi necessária a implantação de um programa de qualificação baseado nos eixos estratégicos: articulação, mobilização, encaminhamentos e acompanhamento da trajetória. Com o amadurecimento da metodologia foi se destacando cada vez mais o papel da intersectorialidade e do trabalho em rede. A principal função do ACESSUAS destacada é sua articulação com vários setores do mundo do trabalho.

O público atendido foi de 50% de jovens e adolescentes entre 14 e 18 anos, sendo 17,2% provenientes de famílias que recebiam bolsa família. Houve também grande procura de jovens de classe média para os cursos do Pronatec.

### **Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) – Rodrigo Nader**

O Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) tem atuação em todos os estados da federação, ofertando atividades gratuitas para os usuários e suas famílias. O programa de socioaprendizagem teve início em 2003 a partir de uma proposta de trabalho da Caixa Econômica Federal em João Pessoa/PB, depois em Manaus/AM e Belém/PA. Atualmente (2017) o programa atende 73 mil jovens e adolescentes em cerca de 100 municípios, com destaque para as regiões Norte, Nordeste e Centro



Oeste. O público atendido é proveniente de escolas públicas (94%), sendo que 87% sem nenhuma experiência profissional, 43% com renda de até 1 salário mínimo. A maioria das procuras é por demandas espontâneas, sendo que há muita dificuldade de articulação com os CRAS.

Com o intuito de evitar o desligamento do usuário antes do término de seu contrato com a empresa o CIEE desenvolve projetos, campanhas de saúde, campanhas informativas, atendimentos individuais e em grupo conforme a vulnerabilidade, palestras e envolvimento dos pais junto à rede - inclusive articulando com órgãos do ministério do trabalho para qualificar pais/ gestantes e incluir no mundo do trabalho.

### **Associação Profissionalizante do Menor (ASSPROM) – Rosânia Alves Teles**

A ASSPROM nasceu para regularizar a Guarda Mirim de BH. A missão da entidade é promover adolescentes e jovens no mundo do trabalho. O público atendido está entre 14 e 24 anos, pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade, matriculados e frequentes no mínimo no sétimo ano do ensino regular. A prioridade dos atendimentos é de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e que estão em serviços de acolhimento. A forma de acesso majoritária do público é por demanda espontânea.

A ASSPROM adaptou a sistemática do Programa Adolescente Trabalhador que existia antes e o transformaram no Programa de Aprendizagem. As atividades da entidade são divididas por Projetos, sendo que o Projeto de Iniciação ao Trabalho conta com o cadastro, processo seletivo (que na realidade trata-se da identificação social do público), inclusão de pessoas com deficiência.

Outros projetos foram apresentados como: Projeto Despertar; Modalidades de Capacitação (noções básicas de auxiliar administrativo – com ênfase em instituição hospitalar); Projeto de Acompanhamento Profissional; Projeto de Formação e Orientação Profissional; Projeto de Integração Família, Escola e Trabalho; Projeto de Atividades Complementares (atividades socioeducativas: cultura e lazer – teatro, cinema, dança); Projeto de Atenção à Família (atividades de fortalecimento de vínculos familiares, orientação escolar e profissional – EJA e encontros – Capacitação Profissional); Projeto Novo Emprego (atividade de pré-desligamento – ações de cadastro e recolocação).



## **Relatório: Eixo 1 - Equipe Técnica**

Esse eixo foi organizado da seguinte forma: primeiro dividiu-se os participantes em dois grupos. Esses grupos deveriam destacar quais os processos de trabalho e os profissionais necessários na equipe técnica para que o usuário tivesse acesso as seguintes aquisições: ter desenvolvidas atitudes e habilidades para a inserção no mundo do trabalho; vivenciar experiências que oportunizem o protagonismo; a autonomia; convivência em grupo; fortalecimento de vínculos; formação político-cidadã.

### **Ter desenvolvida atitudes e habilidades para inserção no mundo de trabalho**

Foi destacado que para essa aquisição a principal atividade que deveria ser desenvolvida com o adolescente seria sua adaptação ao mundo do trabalho, ou seja, trabalhar junto ao jovem no sentido de desenvolver capacidades para se portar em ambiente de trabalho, se relacionar com as pessoas, além das capacidades técnicas exigidas para o cargo. Nesse ponto também foi muito destacado o papel da entidade de assistência social em conscientizar as empresas que iriam receber os jovens da condição que aqueles jovens se encontravam. Destacou-se que muitas vezes as empresas querem um jovem com conhecimento, habilidades e atitudes que não condiz com a situação que os usuários da política de assistência social se encontram. Dessa forma, esse trabalho de atuação em rede com a família dos jovens, com o próprio jovem e com a empresa que o empregaria era de fundamental importância para sua inserção no mundo do trabalho.

A equipe técnica necessária para essa aquisição seria os assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, e demais profissionais necessários para que o jovem adquirisse o conhecimento técnico e tivesse capacidade de desenvolver suas atitudes e habilidades no novo ambiente de trabalho.

### **Vivenciar experiências que oportunizem o protagonismo; a autonomia; convivência em grupo; fortalecimento de vínculos; formação político-cidadã.**

Os processos de trabalho destacados para essa aquisição seriam desenvolvidos durante 24 meses e envolveria um momento teórico e outro prático. O uso de metodologias participativas como oficinas, projetos e trabalhos em grupo foram levantados como necessários para oportunizar a convivência em grupo e a formação

político cidadã do adolescente. Também foi evidenciada a importância de criar-se um vínculo entre o profissional e o jovem atendido, com o conhecimento da situação que aquele adolescente se encontra e suas vulnerabilidades.

A equipe técnica necessária para essa aquisição seria formada por: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores sociais e voluntários.

## **Relatório: Eixo 2 - Intersetorialidade**

Os grupos das oficinas estavam bastante heterogêneos. Havia participantes de organizações da sociedade civil, técnicos de diversas secretarias do MDSA, representantes de gestões municipais e estaduais.

Para a provocação dos grupos, algumas perguntas norteadoras foram lançadas: no âmbito da articulação com outros órgãos, políticas, setores e instituições como vem sendo o fluxo local? Com quem se fala? Como se fala? Com quem não se fala? Por que não se fala?

A partir disso, as organizações foram tecendo considerações a respeito da relação com os parceiros e das dificuldades também vividas para articulação das ações relacionadas à aprendizagem e em alguns casos, à socioaprendizagem.

Desde as falas do primeiro dia do evento, ficou expressa a diferença entre o que seria a Aprendizagem – prática já sedimentada no Brasil - e a Socioaprendizagem, que traz em seu bojo a importância de se pensar em como oportunizar ao público da assistência social, mais acesso e condições de inserção no mundo do trabalho.

Da metodologia: utilizamos estudos de caso, caracterizando o público com muitas das vulnerabilidades que nos chegam aos CRAS e CREAS. A ideia era favorecer o diálogo e provocar reflexões sobre as práticas atuais, e o quanto aproximam ou distanciam-se do esperado para entidades que se propõe a executar ações de assistência social. Nesse aspecto, houve fala assertiva sobre o fato de organizações da sociedade civil que são destinadas ao atendimento socioassistencial não portarem-se como “agências de emprego”, favorecendo à compreensão de qual deve ser a relação de fato entre assistência social/OSC/empresas.

No tocante às questões propostas, diversos foram os parceiros apresentados: Sistema S, controle social, empresas, ministério público, educação, universidades para apoio técnico, com a própria assistência social, melhorando a comunicação entre as organizações e os CRAS.

Embora tenha sido reconhecido que as estratégias de comunicação entre setores, políticas e instituições sejam ainda insuficientes e que muitas vezes não se mantêm, quando ocorrem são feitos através de fóruns locais – prática que deve ser estimulada.

Foram apontados aspectos relacionados ao perfil do público da assistência social e os desafios para encaminhamento, considerando-se os diversos estigmas que lhes são atribuídos. Papel das organizações, parceiros e do poder público na desconstrução desses estigmas e no fortalecimento dos vínculos com esses adolescentes e jovens, no intuito de promover encaminhamentos assertivos.

Foram feitas reflexões acerca da socioaprendizagem e do papel das organizações que são cadastradas e certificadas como entidades socioassistenciais: entidades de assistência que têm que transcender o papel de realização de encaminhamentos e se aprofundar em toda a “bagagem” trazida por esses adolescentes e jovens, cuidando sistemicamente de cada caso. O trabalho intersetorial pressupõe cuidar e conhecer toda a trajetória!

das sugestões apresentadas para viabilizar e qualificar a atuação das organizações no âmbito da socioaprendizagem seria a elaboração coletiva de parâmetros (via orientações/documentos) para que o público da assistência social seja preparado para as oportunidades de inserção no mundo do trabalho.

## **Relatório: Eixo 3 - Público Atendido**

O objetivo dos Eixos foi ouvir relatos de experiências das entidades participantes da oficina e dos gestores municipais, suscitando debates de como as ações são desenvolvidas, como deveria ser (expectativas), os desafios enfrentados e as possíveis soluções.

O cerne do Eixo 3 – Público Atendido - teve como questionamento i) quem é o público atendido pelas entidades que ofertam ações de socioaprendizagem? ii) como priorizar o público da assistência social? e, iii) Como ampliar e viabilizar para os jovens e adolescentes oportunidades de socioaprendizagem de forma integrada com o CRAS?

### **Representantes das Entidades e Organizações da Sociedade Civil atuantes na política de assistência social**

Pelos relatos dos representantes da entidade restou evidenciado que o público em geral é encaminhado pelos CRAS e também por demanda espontânea. Os jovens encaminhados pelo CRAS compõem de fato o público da assistência social - beneficiários do Programa Bolsa Família, vítimas de exploração sexual, egressos do trabalho infantil e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em medidas socioeducativas em meio aberto, em acolhimento institucional e pessoas com deficiência. Ressaltou-se que o atendimento do público da assistência social não pode excluir o acompanhamento das famílias, ou seja, as ações com os jovens não podem ser desenvolvidas dissociadas das famílias. O desafio para alguns representantes é pensar em iniciar as ações de socioaprendizagem com as famílias.

Um ponto reiteradamente abordado foi a ampliação do atendimento do público prioritário, restou evidenciado ser um grande desafio enfrentado pelas entidades, em razão da dificuldade de diálogos com todos os atores sociais envolvidos nas etapas de trabalho. Não se trata de ações isoladas, devem ocorrer sempre em ações transversais e intersetoriais.

Os grupos salientaram ainda ser essencial ações de mapeamento dos territórios com intuito de identificar as principais demandas e onde estão os adolescentes público em situação de vulnerabilidade ou risco pessoal e social e, ainda

possibilita também emissão de diagnósticos. O CadÚnico, segundo alguns representantes, seria uma potencial ferramenta para viabilizar o mapeamento e possivelmente o diagnóstico.

Para alguns representantes o desafio quando se pensa em produzir diagnóstico é a manutenção de informações do jovem dentro de um cadastro e o acompanhamento constante dos jovens aprendizes e a situação atual dos egressos.

Não esperar a demanda espontânea, mas utilizar da busca ativa foi uma das sugestões apresentadas já que há dificuldade de acesso do público da assistência social. E a realização da busca ativa em conjunto entidades e CRAS. Uma entidade mencionou que realiza parcerias com as universidades para execução das ações, sendo o CRAS responsável por identificar as demandas e o público e o CRAS também executa em parcerias com as entidades ações de socioaprendizagem.

O método de “seleção” (que não é a palavra mais adequada) dos usuários foi salientado como forma de priorização do público da assistência social, os jovens passam por um questionário, entrevista com psicóloga e avaliação socioeconômica.

Para os representantes das entidades é importante a definição de fluxos entre as entidades e os equipamentos públicos para identificação de casos sejam as potencialidades ou os desafios com o jovem aprendiz.

Outro ponto discutido foram diferenças das demandas no meio urbano e no campo. Ressaltaram a importância de observar as especificidades e demandas do público do meio urbano, meio rural, dos povos e comunidades tradicionais, da população de rua e dos adolescentes que estão em trabalhos como, por exemplo, os catadores.

No que se refere aos trabalhos com ações de socioaprendizagem no campo, frisaram as dificuldades de acesso dos equipamentos públicos no meio rural. A maioria das políticas públicas não é acessada pelo jovem no campo. Reflexão de como criar o acesso, visualizando o rural, meio que o jovem se encontra, acessar ações de socioaprendizagem sem desconsiderar o contexto em que está inserido.

## Gestores

Os gestores emitiram declarações de preocupação diante da ausência de capacitação e conhecimento das ações de socioaprendizagem desenvolvidas pelas entidades. Salientaram que a expressão socioaprendizagem é algo recente para alguns. Parabenizaram a Secretaria Nacional de Assistência Social pela realização da Oficina, haja vista ser um evento inédito e inovador com a aproximação dos gestores, entidades e técnicos do MDSA.

Os gestores conheciam e entendiam que o público da assistência social era o público do PRONATEC, por isso a necessidade de diálogo entre o órgão gestor, CRAS e entidades. E ainda promover encontros para escutar as principais demandas e interesses dos usuários. O ACESSUAS trabalho foi mencionado como um elo para a realização da socioaprendizagem.

Reiteraram os relatos feitos pelos representantes das entidades e técnicos do Ministério, que o público atendido são os referenciados no CadÚnico e que as formas de acesso dos usuários são os encaminhamentos do CRAS e as demandas espontâneas.

Os gestores mencionaram a importância da “entrevista” do adolescente com psicólogos para compreensão do perfil do jovem com vistas a reconhecer suas potencialidades e habilidades e do contexto de sua família.

Salientaram a importância de enxergar o sujeito no contexto familiar e do diálogo de todos os atores, sendo essencial conhecer melhor não somente os jovens que estão no meio urbano, mas entender as demandas dos adolescentes do campo. Possibilitar assim, oportunidades de socioaprendizagem para os adolescentes que estão no meio rural, considerando suas peculiaridades e a diversidade.

Frisaram que a integração dos sistemas de dados e equipamentos do governo federal são meios importantes para acesso de informações detalhadas aos gestores Estaduais e Municipais com intuito de viabilizar mapeamentos e diagnósticos.

Por fim, mencionaram ser interessante a divulgação de boas práticas no atendimento dos adolescentes no que se refere às ações de socioaprendizagem.



#### **Relatório: Eixo 4 – Atividades**

Nesse eixo foram destacadas as atividades que são desenvolvidas com os jovens e adolescentes dos programas de socioaprendizagem.

#### **Realização de Triagem:**

Triagem por indicadores de vulnerabilidade social para constituição de turma. Metodologia do trabalho: não é focado na parte técnica e sim na parte comportamental. Mapeamento de áreas: visita domiciliar, atividades a serem desempenhadas pelo jovem no ambiente de trabalho, esclarecimento sobre rede socioassistencial. O educador social identifica pontos a serem trabalhados com aquele jovem com a exigência do cumprimento de 75% de presença na escola (antes do desligamento, o técnico do programa avalia quais as razões, diagnóstico social e traça providências).

Realização de avaliação cognitiva/comportamental

#### **Reunião com as Famílias:**

Reunião de família realizada trimestralmente para alinhar o desempenho do jovem. É importante amarrar o atendimento e acompanhamento dos jovens e suas famílias antes e depois do programa de aprendizagem

Observa que as famílias estão mais presentes junto as atividades da entidade antes da colocação do jovem na vaga na empresa. Após o jovem entrar na vaga, nota-se um afastamento das famílias.

#### **Discussões Comunitárias:**

A juventude deve ser integrada às discussões comunitárias que tratam de políticas públicas, especialmente políticas para a própria juventude, para que não seja uma política discutida verticalmente e os jovens já possam se integrar dos seus próprios direitos e deveres.

Principal estratégia é criar um grupo entre os participantes e educadores sociais. Mobilização social e planejamento das atividades através da formação de fóruns.



Garantir a diversidade. Para o desenvolvimento das atividades da entidade, cita que buscam integrar jovens de várias origens. Valorização da diversidade, da diferença é fantástica e no contexto do mercado de trabalho é importante porque normalmente ser diferente no ambiente de trabalho é ruim.

**Laboratórios de Simulação:**

Formação anterior dos jovens para inserção no mercado de trabalho. Entidade diz que eles fazem laboratórios para simular setores de uma empresa e familiarizar o jovem com a realidade de uma empresa.

**Convencimento das Empresas:**

Foi observado que os empresários não fazem parte dos eventos de aprendizagem e não tem conhecimento sobre o programa.

Estratégia de comunicação e convencimento das empresas, por exemplo: fazer vídeo e propaganda com as empresas parceiras. Vender a responsabilidade social. Convidar as empresas para as formaturas dos aprendizes para participarem com uma fala e ouvirem as experiências dos jovens. As entidades poderiam fornecer um selo par empresas que cumprem as quotas sociais.

**Acompanhamento Técnico:**

Acompanhamento técnico é fundamental e o jovem aprendiz pode ser acompanhado no ambiente de trabalho, se o que desempenha está de acordo com as atividades propostas para o jovem

As empresas exigem agendamento de horário para realizar o acompanhamento técnico presencial. O acompanhamento por telefone e por email pode ocorrer diariamente ou semanalmente.